

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU

PREGÃO ELETRÔNICO 31/2026

PROCESSO 000849/26

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

O **MUNICÍPIO DE MARAU/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.599.122/0001-24, com sede na Rua Irineu Ferlin, nº 658, na cidade de Marau – RS, neste ato representado pela Prefeita Municipal de Marau **NAURA BORDIGNON**, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua, n.º , Centro, nesta cidade de Marau - RS, doravante denominado **MUNICÍPIO** e, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede na Rua, nº- Bairro na cidade de, CEP, representada, neste ato, por, inscrita no CPF sob o nº doravante denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado este termo contratual, com fundamento no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026** e em conformidade com a Lei Federal 14.133/2021, suas alterações e demais legislação aplicável, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1.ª. DO OBJETO

§1º. O presente contrato tem por objeto *Contratação de empresa especializada para desenvolvimento, implantação e suporte técnico de software de sistemas de cadastros afim de atender a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária* a ser realizado pela **CONTRATADO**:

<i>Item</i>	<i>Un.</i>	<i>Qtd.</i>	<i>Cód.</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor unitário R\$</i>	<i>Valor total R\$</i>

§2º. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, o edital da licitação, a proposta do **CONTRATADO** e todos os anexos dos documentos citados.

Cláusula 2.ª. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA PRORROGAÇÃO

§1º. A vigência desta contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do termo contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

§2º. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

§3º. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

- §4º. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- §5º. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- §6º. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- §7º. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- §8º. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- §9º. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- §10º. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- §11º. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA 2ª. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA GARANTIA CONTRATUAL

§1ª. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

§2ª. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Cláusula 3ª. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- §1º. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- §2º. O desenvolvimento, implantação e importação do software deverá ser iniciada no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos e concluídos em até 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir da data de assinatura do termo contratual.
- §3º. Eventual prorrogação de prazo deverá ser solicitada pela Contratada, de forma motivada e por escrito, durante a vigência do prazo original, ficando sua concessão sujeita à análise e aprovação por parte dos responsáveis da Secretaria Solicitante.
- §4º. Caso não seja possível iniciar a execução do objeto na data assinalada, o licitante deverá comunicar ao Fiscal do Contrato das razões respectivas, com pelo menos 03 (três) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- §5º. A Contratada compromete-se a corrigir, as suas custas, parcial ou totalmente, caso os serviços prestados não atendam aos critérios básicos legalmente estabelecidos no Termo de Referência e Edital, imediatamente após o comunicado do Fiscal do Contrato.
- §6º. A Contratada não poderá, sob nenhuma hipótese, efetuar qualquer cobrança dos usuários, relativa aos serviços prestados através do presente instrumento, responsabilizando-se por cobranças indevidas realizadas diretamente ou por seus prepostos ou terceiros.
- §7º. A Licitante caberá indenizar terceiros e ao Contratante quanto aos possíveis danos decorrentes de dolo ou culpa ocorridos durante a contratação, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- §8º. No caso de descumprimento dos prazos determinados, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.

§9º. A Licitante deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta Licitação.

CLÁUSULA 4ª. DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

§1º. A Contratada será responsável pelo fornecimento completo da solução de software, incluindo o desenvolvimento, implantação, disponibilização, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico, conforme as especificações deste Termo de Referência.

§2º. O sistema deverá atender, no mínimo, às seguintes características e funcionalidades:

- a) Permitir o cadastro, atualização e gestão de dados socioeconômicos dos interessados em programas habitacionais;
- b) Possibilitar a classificação e seleção de candidatos conforme critérios definidos pela legislação municipal aplicável;
- c) Garantir segurança, integridade e confiabilidade das informações armazenadas;
- d) Permitir consulta, pesquisa e filtragem de dados por múltiplos critérios;
- e) Possibilitar o controle e histórico das informações cadastradas;
- f) Gerar relatórios gerenciais e operacionais;
- g) Permitir exportação de dados e relatórios;
- h) Possuir interface amigável, de fácil utilização e compatível com ambiente Windows;
- i) Possibilitar acesso por múltiplos usuários com controle de permissões;
- j) Atender às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

§3º. A Contratada deverá realizar a migração/transferência dos dados do sistema atualmente utilizado pelo Município, assegurando a integridade, consistência e disponibilidade das informações.

§4º. A Contratada deverá realizar treinamento presencial aos servidores indicados pela Contratante, visando garantir a adequada operação e plena utilização do sistema implantado.

§5º. O treinamento deverá possuir carga horária mínima de 02 (duas) horas, a ser realizado nas dependências da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, em data previamente agendada entre as partes.

§6º. O conteúdo do treinamento deverá abranger, no mínimo, as funcionalidades essenciais do sistema, rotinas operacionais, perfis de acesso, emissão de relatórios e procedimentos básicos de suporte e resolução de dúvidas.

§7º. A Contratada deverá promover atualizações, ajustes e customizações necessárias durante a vigência contratual, conforme demandas da Administração.

§8º. A Contratada deverá garantir o uso pleno e irrestrito do Sistema, sendo vedada qualquer limitação de funcionalidades, número de usuários, volume de cadastros ou quantidade de relatórios gerados.

§9º. A Contratada deverá atuar durante toda a vigência contratual em conformidade com os preceitos estabelecidos na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assegurando o tratamento adequado, seguro e legal dos dados eventualmente acessados ou processados no âmbito da presente contratação.

§10º. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o presente Termo de Referência, assumindo o

proponente o compromisso de executar o objeto contratado nos seus termos, bem como, de disponibilizar todos os sistemas, materiais e mão de obra necessárias, atendendo as normas técnicas e legais vigentes e em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

§11º. A Contratada é responsável por dispor de mão de obra qualificada para desempenhar todas as funções relacionadas ao objeto descrito neste Termo de Referência. Todos os custos associados à mão de obra, incluindo alimentação, hospedagem e transporte, serão de responsabilidade da Contratada.

§12º. Todos os encargos trabalhistas, fiscais previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal que prestará os serviços, ora contratados, serão de exclusiva responsabilidade da contratada, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município.

CLÁUSULA 5ª. DO SUPORTE TÉCNICO

§1º. A Contratada deverá prestar, durante toda a vigência do contrato, serviços de suporte técnico, assumindo integral responsabilidade pelo pleno funcionamento do sistema e arcando com todos os custos decorrentes.

§2º. A Contratada deverá disponibilizar canais de atendimento para abertura de chamados, como e-mail, telefone, e/ou sistema online, garantindo agilidade no registro e acompanhamento das solicitações.

§3º. O suporte técnico poderá ser prestado de forma remota, com um tempo máximo de resposta de até 04 (quatro) horas após abertura do chamado.

§4º. Caso o suporte remoto se mostre insuficiente para a solução do problema, a Contratada deverá providenciar o atendimento presencial no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a constatação da necessidade, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

§5º. O serviço de suporte técnico abrange a resolução de falhas e a realização de pequenos ajustes e melhorias evolutivas, incluindo a atualização de parâmetros do sistema, sempre que solicitado pela Contratante.

§6º. Todas as atividades compreendidas no escopo da presente contratação, por se tratarem de atividades inerentes ao serviço contratado, não havendo qualquer cobrança adicional.

Cláusula 6.ª. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

§1º. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

§2º. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, utilizando como indexador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

§3º. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§4º. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

§5º. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

§6º. O reajuste será realizado por apostilamento.

§7º. Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, será concedido equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento da **CONTRATADA**, desde que suficientemente comprovado o desequilíbrio de forma documental, conforme Decreto Municipal nº 5.751/2021.

§8º. O equilíbrio econômico-financeiro deverá ser pleiteado, protocolizando-o no Flowdocs, sistema eletrônico instituído pela administração pública para envio e recebimento de documentos de forma online, sendo que, durante o trâmite e despacho do protocolo, a execução do serviço deverá ser mantida, sem prejuízo à esta Municipalidade.

§9º. Caso concedido, a empresa receberá o reequilíbrio, apenas sob os empenhos gerados a partir da data do protocolo.

Cláusula 7.ª. DA FISCALIZAÇÃO

§1º. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§2º. As comunicações entre o **MUNICÍPIO** e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por e-mail, sempre que o ato exigir tal formalidade.

§3º. O **MUNICÍPIO** poderá convocar o responsável legal da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

§4º. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o **MUNICÍPIO** poderá convocar o representante da empresa vencedora para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização.

§5º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21:

Gestor do Contrato: Nelci Silvestri;

Fiscal Administrativo: o fiscal será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo.

Fiscal Administrativo suplente: o fiscal será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo.

§6º. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais.

§7º. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

§8º. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o

art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, caso necessário.

§9º. Ao término do contrato, o gestor do contrato deverá elaborar um relatório final onde possa descrever como foi a gestão do ciclo de vida do contrato, suas particularidades, problemas enfrentados, soluções aplicadas e principalmente as lições aprendidas.

§10º. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou do instrumento equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§11º. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

§12º. O fiscal verificará e atestará a manutenção das condições de habilitação da empresa prestadora do serviço, acompanhará o empenho, o pagamento, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

§13º. O fiscal comunicará ao gestor e a Secretaria solicitante, em tempo hábil, o término da vigência do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva verificação da necessidade de prorrogação, nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

§14º. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa prestadora do serviço, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da empresa prestadora do serviço ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

§15º. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções ao contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

Cláusula 8.ª. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

§1º. Prestar à contratada todas as informações e orientações necessárias à adequada execução das atividades previstas no contrato.

§2º. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, designando gestor e fiscais responsáveis, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

§3º. Efetuar o pagamento devido à contratada, na forma, prazos e condições estabelecidos no contrato, após o regular atesto da execução dos serviços pelo fiscal designado.

§4º. Comunicar formalmente à contratadas eventuais irregularidades verificadas na execução do contrato, para adoção das providências cabíveis.

Cláusula 9.ª. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

§1º. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§2º. Submeter-se à fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual pelo Município, atendendo prontamente às orientações, solicitações e determinações formalmente expedidas pela fiscalização.

§3º. Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus profissionais, prepostos ou representantes, na execução do contrato, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

§4º. Apresentar, sempre que solicitado, relatórios, registros ou documentos comprobatórios da execução das atividades, necessários ao acompanhamento, à fiscalização e ao atesto dos serviços prestados.

§5º. Cumprir integralmente a legislação vigente aplicável à execução do contrato, incluindo as normas de segurança do trabalho, saúde, higiene, proteção de dados pessoais e demais disposições legais pertinentes.

§6º. Assumir integral responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais relativas aos profissionais por ela disponibilizados, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre estes e o Município, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Cláusula 10ª. DO PAGAMENTO

§1º. O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido, a contar do recebimento da fatura, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, desde que todos os documentos solicitados no contrato sejam entregues em conformidade.

§2º. O item 1, correspondente à implantação do sistema, será pago em parcela única, juntamente com o primeiro pagamento mensal, após a efetiva execução dos serviços e mediante aprovação pelo fiscal do contrato e pelo Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

§3º. O contratado deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório. Após a emissão, iniciará a contagem do prazo de até 10 (dez) dias úteis para o pagamento.

§4º. A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a execução do objeto for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

§5º. O CNPJ do contratado constante na nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório, bem como a empresa deverá possuir conta bancária vinculada a este CNPJ para fins de recebimento dos valores.

§6º. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de nota fiscal ou fatura pela empresa prestadora do serviço, com indicação do número do Processo Licitatório e sua modalidade, e ser acompanhada de todos os documentos previstos neste contrato.

§7º. Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade relativa ao FGTS – CRF (Certificado de Regularidade do FGTS).

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

§8º. Conforme legislação vigente, é assegurado ao Município o direito de efetuar retenções tributárias, incluindo INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e o Decreto Municipal nº 5.823/2021.

§9º. Para fins de pagamento, o contratado deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto à Tesouraria do Município, o banco, o número da agência e o número da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, do contratado.

§10º. O valor devido ao contratado, não sendo pago no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC acumulado entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

§11º. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe tenham sido impostas em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

§12º. O pagamento ao contratado, pelo serviço prestado, ficará condicionado ao cumprimento das exigências dos parágrafos anteriores, o que será atestado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

§13º. O contratado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para correção do faturamento.

§14º. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o contratado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a solução do problema, observada a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.

§15º. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 não será efetuada caso o contratado apresente, no momento da entrega da nota fiscal, declaração de que é regularmente inscrito no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no Anexo IV da referida IN, devendo essa declaração ser atualizada anualmente.

§16º. Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil, nos termos da Portaria SRF nº 1.454/2004, referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º

da IN SRF nº 475/2004, as notas fiscais não deverão ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

Cláusula 11.^a. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

§1º. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

§2º. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§3º. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei Federal 14.133/2021.

§4º. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal 14.133/2021.

Cláusula 12.^a. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

§1º. As despesas referentes ao objeto serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias, vigentes e/ou subsequentes:

Unidade: 001201

Funcional: 04.122.0002.2093.0000

Catec. Econ.: 3.3.90.40.06

ÓRGÃOS SUBORDINADOS MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULAR LOCAÇÃO DE SOFTWARES

Cláusula 10.^a. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

§1º. Na vigência do Contrato, o **CONTRATADO** estará sujeito às seguintes penalidades, observando o art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

I. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de até 10% sobre o valor estimado da contratação;

II. Pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido: advertência por escrito sempre que verificadas;

III. Quando não corrigir as deficiências solicitadas pelo Município, em tempo hábil, acertado pelo Município através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s): aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV. Dependendo da gravidade da falta: suspensão do direito de licitar com o Município, num prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento);

V. Nos casos de falta grave: declaração de inidoneidade para licitar e contratar por até 5 (cinco) anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.

§2º. Para efeitos da aplicação das sanções previstas nesta cláusula, fica a exclusivo critério do **CONTRATANTE** a definição do que sejam “pequenas irregularidades”, “gravidade da falta” e “falta grave”.

§3º. No caso de aplicação de multa, o **CONTRATADO** será notificada, por escrito, da referida sanção, tendo ela o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

§4º. Salvo no caso de advertência, as penalidades serão registradas e publicadas no sítio eletrônico oficial do Município.

§5º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Cláusula 13.ª. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

§ 1º. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do **CONTRATANTE** nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao **CONTRATADO** o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.

§ 3º. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do **CONTRATADO** nas hipóteses do art. 137, §2º, com as consequências previstas no art. 138, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 4º. Nas hipóteses previstas no parágrafo terceiro, a manifestação de intenção de extinção contratual por parte do **CONTRATADO**, deverá ser realizada com, no mínimo **30 (trinta) dias** de antecedência da ocorrência de seus efeitos.

§ 5º. O termo de extinção, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações ou multas.

§ 6º. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, desde que a solicitação tenha sido realizada durante a vigência do contrato, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Cláusula 14.ª. DA PUBLICAÇÃO

§1º. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133/2021, bem como no respectivo sítio eletrônico oficial, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal 14.133/2021.

Cláusula 15.ª. DO FORO

§1º. Resta estabelecido o Foro da Comarca de Marau - RS, o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias advindas desta relação.

Marau, ... de de

.....
CONTRATADO

MUNICÍPIO DE MARAU
CONTRATANTE